

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16504 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 18 - Gênero, Sexualidade e Educação

CAÇADA AO GÊNERO EM SANTA CATARINA: AS DIFERENTES INVESTIDAS POR MEIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO

Josimar Lottermann - UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

Laura de Campos Pereira Durão - UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

Geovana Mendonça Lunardi Mendes - UDESC - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

CAÇADA AO GÊNERO EM SANTA CATARINA: AS DIFERENTES INVESTIDAS POR MEIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO

RESUMO: o artigo investiga o movimento antigênero no contexto de Santa Catarina. Esse movimento é descrito como parte de uma ofensiva conservadora global, impulsionada por grupos religiosos e políticos de extrema direita, que visa combater políticas de igualdade de gênero e direitos LGBTQIAPN+. A pesquisa utiliza a abordagem do Ciclo de Políticas para analisar legislações estaduais até junho de 2024. Foram identificadas 23 atividades legislativas focadas em restringir direitos e discussões sobre gênero. A análise indica que a ascensão da extrema direita ao poder tem intensificado os ataques ao gênero, alinhando-se com movimentos nacionais e internacionais. Conclui-se que a ofensiva antigênero em Santa Catarina reflete uma tentativa de institucionalização do preconceito, com forte impacto na educação e nos direitos das pessoas trans e travestis.

PALAVRAS-CHAVE: Ofensiva Antigênero. “Ideologia de gênero”. Políticas Públicas.

Introdução

A ofensiva antigênero é um movimento político e ideológico que ganhou e ganha força em várias partes do mundo, especialmente diante da articulação de grupos conservadores, religiosos e políticos de extrema direita. O movimento se opõe, dentre vários aspectos, a discussões e políticas que promovam a igualdade de gênero, os direitos da comunidade LGBTQIAPN+ e também a educação sexual.

A retórica antigênero constantemente se articula em argumentos de proteção à família tradicional, aos valores morais e cristãos. Para os defensores deste movimento, as políticas de igualdade de gênero ameaçam de alguma forma a estabilidade social e os direitos dos pais de decidirem sobre a educação dos seus filhos(as). Alegam, em diversos contextos, que existe

um perigo iminente, que as crianças estão em perigo. Eles criticam a inclusão de temáticas sobre gênero e sexualidade nos currículos escolares, alegando dentre muitas coisas, que isso pode influenciar os estudantes. Falam de uma “ditadura do *gender*” que supostamente se apresenta como uma inculcação doutrinária e seu *lobby* de atuação seria a escola e para tal devem criar e disseminar materiais dirigido às famílias em busca de alarme e movimentação para que tal perigo seja barrado (JUNQUEIRA, 2022). Mas não param por aí. Em muitos casos, essas investidas contrárias ao gênero se traduzem em ações concretas com a aprovação de diversas leis que restringem os direitos da comunidade LGBTQIAPN+, especialmente de pessoas transexuais e travestis, censuram materiais educacionais e de muitas outras retóricas que geram desinformação e interpretações errôneas sobre o gênero e sua importância.

Santa Catarina é conhecido como um dos estados mais conservadores do Brasil, tanto que, nas eleições de 2022, a candidatura com maior e expressivo número de votos para o cargo de deputada estadual foi de Ana Campagnolo (PL), que tem como principal agenda política o antifeminismo e o antigênero. Diante disso, procuramos neste artigo analisar os diferentes dados da ofensiva antigênero em Santa Catarina no âmbito das políticas estaduais.

Fundamentação Teórica

A ofensiva antigênero não é um movimento isolado, faz parte de uma onda conservadora que busca reverter avanços sociais conquistados nas últimas décadas. Em várias partes do mundo, esses movimentos têm sido apoiados e financiados por grupos religiosos e políticos. Tal ofensiva vem crescendo pois seus argumentos e embasamentos são diretos, pontuais e buscam causar assombro já que em diversos contextos gênero é resumido a uma forma de doutrinação que ensina criancinhas se tornarem gays (Butler, 2024).

A ofensiva antigênero pode ser caracterizada enquanto uma complexa rede de articulações de caráter transnacional direcionada a desmistificar, questionar, refutar e invalidar as demandas afirmativas relacionadas a gênero, sexualidade e poder nas diferentes esferas sociais. [...]A reação a estes campos se explicita em articulações internacionais que, a partir de estruturas religiosas, financeiras, midiáticas e culturais, organizam ideologicamente as refutações às agendas propostas por estes grupos. (TESSER, 2022, sem paginação).

Corrêa (2018) destaca que um dos primeiros ataques ao gênero ocorreu aproximadamente há trinta anos na Conferência de Pequim (1995) por grupos religiosos conservadores norte-americanos. Para Teixeira (2020) movimentos conservadores veem o gênero como um risco social e passam a perseguir a emergência política deste conceito. Para a pesquisadora, o Vaticano é quem inicia toda essa ofensiva contra o gênero apontando os riscos que trazia para um conceito muito específico de família, ou seja, a família hétera cis normativa, criando a ideia de pânico moral.

No Brasil, O relatório “Ofensivas Antigênero no Brasil: Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social” revela que, após a redemocratização do Brasil, surgiram ataques às pautas de gênero e sexualidade, especialmente com a ascensão de um movimento

conservador religioso. Esses conflitos dificultaram a implementação de políticas progressistas, exemplificado pela suspensão do material "Escola sem Homofobia", chamado de "kit gay" por conservadores. Outros eventos significativos incluem os ataques ao gênero durante a aprovação do PNE de 2014, a destituição de Dilma Rousseff em 2016 e a ascensão da extrema direita, que fomentou o Movimento Escola Sem Partido, instaurando uma completa caçada ao gênero e também aos professores em todas as esferas: federal, estadual e municipal. Diante disso, Junqueira descreve que,

[...] ao desobrigar os atores envolvidos a abdicar da capacidade performativa da linguagem da autoridade (importante alavanca da eficácia do discurso religioso), a desconsecionalização tornou as matrizes católicas do discurso antigênero menos perceptíveis. Isso favoreceu que seus conteúdos se revestissem de certa laicidade, ou de aparente cientificidade, e passassem a figurar, com essa roupagem, em documentos de Estado, diretrizes de políticas públicas, decisões judiciais, pronunciamentos de dirigentes públicos e até de lideranças religiosas. (Junqueira, 2022, p.64)

Para Bortolini (2023), toda essa ofensiva antigênero e antifeminista no âmbito da política, por mais que fossem evidentemente inconstitucionais, contribuíram para produzir efeitos e consolidar a ideia de que falar sobre gênero na escola estava proibido.

“O engajamento em uma agenda anti-LGBTQIA+ e anti-feminista, em especial na educação, foi se consolidando como um meio de produção de visibilidade e capital eleitoral para políticos conservadores”. (BORTOLINI, 2023, p. 2023). Para o autor, diante da ascensão do conservadorismo, indiferente do contexto, seja ela uma capital ou uma cidade pequena, qualquer político que propusesse uma lei com o intuito de proibir a suposta “ideologia de gênero” ganharia espaço nas diferentes mídias, tornaria-se conhecido e conquistaria votos para o seu pleito. (BORTOLINI, 2023).

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa ancorada na abordagem do Ciclo de Políticas (BOWE; BALL, 1992). Parte de pesquisas maiores, este artigo apresenta um recorte do ciclo de políticas, fazendo uma análise do Contexto de Produção do Texto Político, tendo como foco, as políticas antigênero do Estado de Santa Catarina.

Nossa busca foi realizada no site da Assembleia Legislativa do Estado, considerando dados que foram publicados até junho de 2024. Os termos utilizados na barra de pesquisa foram: “gênero”, “ideologia de gênero” e “escola sem partido”. Dentre os resultados encontrados, incluímos na pesquisa apenas os que se referem especificamente a políticas antigênero na política estadual de Santa Catarina. Diante disso, localizamos vinte e três (23) resultados condizentes com o nosso objeto de estudo.

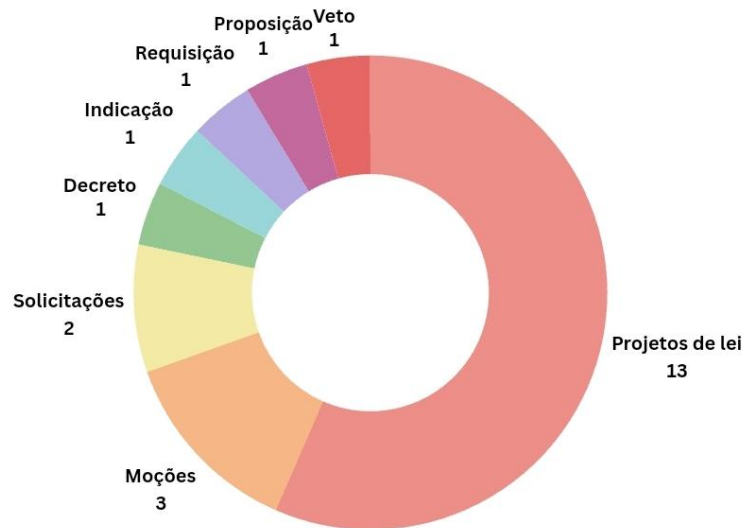
Análise e Discussão do Dados

Procuramos organizar este momento trilhando o caminho a partir das discussões do

que os dados nos falam ou até mesmo deixam de falar. Desta forma, criamos diferentes gráficos que compõem e representam parte inicial das análises, os quais apresentamos e discutimos a seguir.

Gráfico 1:

Atividade Legislativa



As atividades legislativas encontradas foram em sua maioria projetos de lei (13), seguidas de moções (3) e solicitações (2). As demais 5 atividades foram: 1 decreto, 1 indicação, 1 requisição, 1 proposição e 1 veto. O próximo gráfico mostra em que pé andam cada uma destas atividades legislativas.

Gráfico 2:

Situação



O maior número de atividades legislativas em tramitação diz respeito a projetos de lei que visam proibir hormonioterapia para menores, limitam o gênero em competições esportivas ao sexo biológico, proíbem discussões gênero e sexualidade em escolas, impedem a instalação de banheiros unissex e o uso de linguagem neutra em documentos públicos. Projetos aprovados incluem moções de repúdio a eventos de "ideologia de gênero" em instituições de ensino, solicitações de informações sobre a implementação da identidade de gênero no currículo escolar, e vetos a projetos que reconhecem a identidade de pessoas trans na administração pública. Arquivados estão projetos como o "Escola sem Partido" (vale destacar aqui que em 2023, foi aprovado o projeto de lei que "institui a semana escolar estadual de combate a violência institucional", que em resumo é uma abreviação do Escola sem Partido) e outros que visam proibir publicidade sobre diversidade sexual. Atividades legislativas recentes focam na proibição da linguagem neutra em documentos oficiais e concursos públicos.

Gráfico 3:

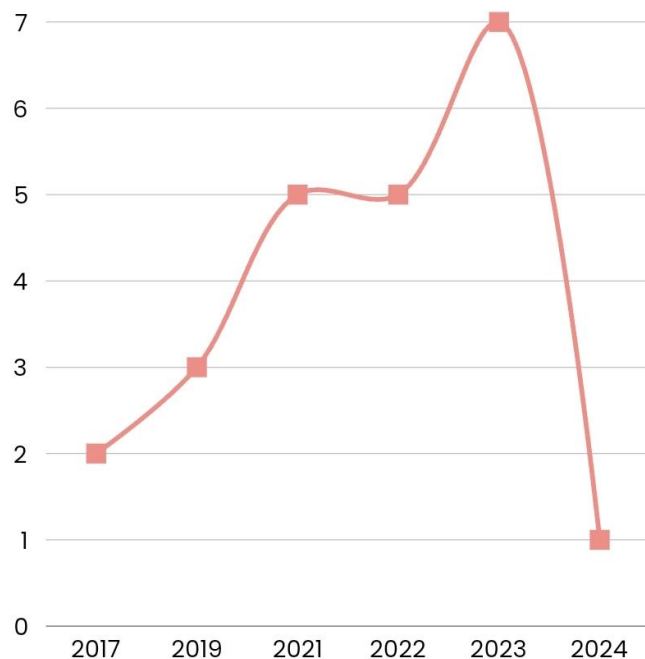
Proponentes



Os proponentes das atividades são representados no gráfico a seguir por tamanhos de acordo com suas contribuições nesta ordem: Jessé Lopes - 6; Ana Campagnolo - 5; Governo Carlos Moisés - 2; Sergio Motta - 2; Sargento Lima - 2; Ismael dos Santos - 1; Jair Miotto - 1; Kennedy Nunes - 1; Ricardo Alba - 1; Altair Silva - 1; Maurício Peixer - 1. Dentre os maiores proponentes de atividades legislativas, vemos no gráfico acima que o destaque fica para Jessé Lopes e Ana Campagnolo, ambos construíram suas campanhas com pleitos relacionados a pautas antigênero e antifeminismo.

Gráfico 4:

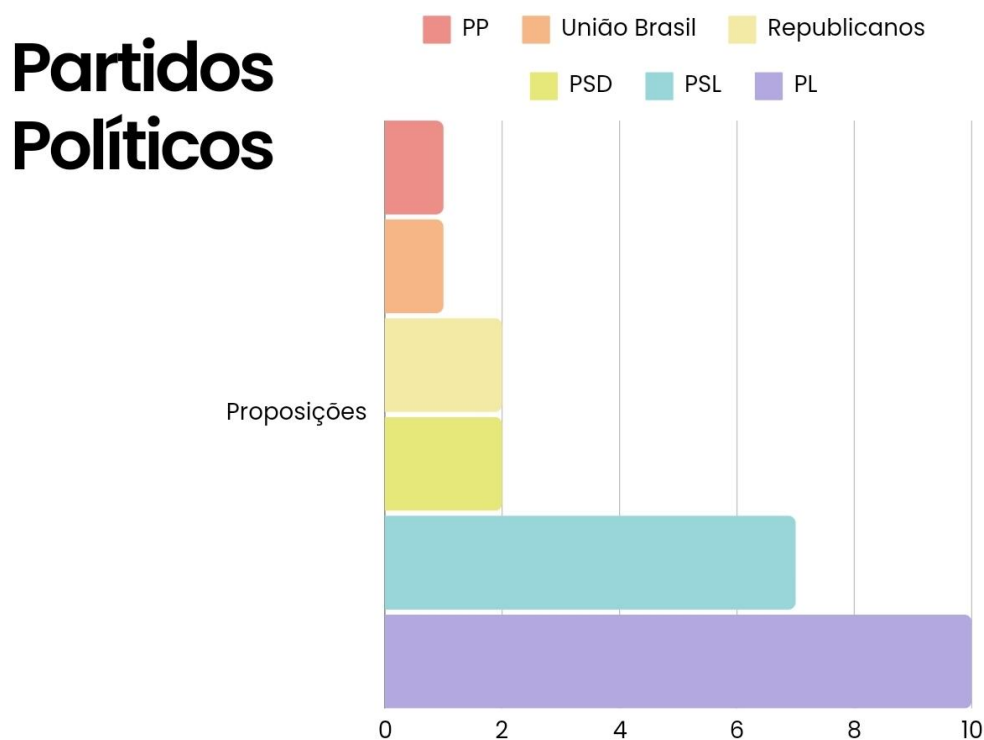
Anos



Para a nossa pesquisa, não estabelecemos um período inicial para a coleta de dados, apenas definimos o prazo final, que foi em julho de 2014 (momento da escrita deste texto). A primeira atividade legislativa localizada é de 2017, período de ascensão da direita e extrema direita ao poder. Se observarmos a linha, ela cresce de forma significativa entre 2017 e 2021, estabiliza em 2022 e tem o ápice em 2023 e queda em 2024. A nível nacional, houve uma troca na gestão nas eleições de 2022. Entretanto, em Santa Catarina, o governo eleito foi o de Jorginho Melo, do PL, o mesmo partido ao qual Bolsonaro tentava sua reeleição. Para o ano de 2024, temos a hipótese de que a tendência não se altere significativamente, considerando que ainda temos um semestre até o final do ano.

Por fim, o nosso último gráfico mostra os partidos políticos dos proponentes das ofensivas antigênero em Santa Catarina.

Gráfico 5:



Como podemos notar, os partidos políticos dos proponentes são todos classificados como de centro, direita ou extrema direita. Isso corrobora e reforça a posição mencionada no parágrafo anterior, indicando que esses partidos, quando ascendem ao poder, são os responsáveis pelos ataques ao gênero nas políticas públicas. Os dois maiores partidos proponentes no estado, PL e PSL, foram precisamente aqueles com os quais Bolsonaro esteve associado nas eleições em que candidatou-se à presidência.

Considerações Finais

Esta pesquisa destaca a crescente da ofensiva antigênero no âmbito legislativo do estado de Santa Catarina. As atividades legislativas analisadas indicam uma preocupação central com a educação, tentando proibir discussões sobre orientação sexual e identidade de

gênero nas escolas, bem como restringir direitos das pessoas transexuais e travestis. Além disso, observa-se uma tentativa de eliminar a linguagem neutra e outras formas de expressão que reconheçam a diversidade de gênero. A ascensão de partidos de direita e extrema direita tem sido um fator crucial para a intensificação desses ataques, alinhando-se com movimentos nacionais e internacionais.

Por fim, os dados encontrados reforçam a análise de Butler (2024), que destaca que o estado tem se tornado cúmplice das ações antigênero. As atividades legislativas, identificadas nesta pesquisa, mostram que o estado tem endossado essas ações com tentativas de institucionalização por meio de políticas públicas o ataque ao gênero em diferentes aspectos e espaços. Concordamos com a ideia de Sefner (2020) de que o espaço público é um local de diversidade e negociação das diferenças. Dessa forma, entendemos a política e o estado como espaços públicos que precisam desafiar as normas que há séculos persistem em violentar corpos considerados divergentes. A escola é fundamental para preparar os indivíduos para conviver com as diferenças. Além dos aprendizados científicos, ela é um espaço de educação para as relações sociais, não uma extensão dos valores e da educação familiar, muito menos de perseguição e controle.

REFERÊNCIAS

- BORTOLINI, A.. **É para falar de gênero sim: fundamentos legais e científicos da abordagem de questões de gênero na educação.** [s.n.], Brasília, 2023
- BOWE, R.; BALL, S. **Reforming education and changing schools: case studies in policy.** London: Routledge, 1992.
- BUTLER, J. **Quem tem medo de gênero?** Tradução Heci Regina Candiani - 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2024.
- CÔRREA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu* (53), 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201800530001> Acesso em: 05 de out. 2023.
- JUNQUEIRA, R. D. **A invenção da “Ideologia de gênero”:** um projeto reacionário de poder. Brasília: LetrasLivres, 2022,
- MOMBACH, C.; PRADO, M. A.; CORRÊA, S. **CPAC Brasil 2024: a ultradireita transnacional em Santa Catarina.** Sexuality Policy Watch, 01 fev. 2024. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/cpac-brasil-2024-a-ultradireita-transnacional-em-santa-catarina/13890>. Acesso em: 28 jul. 2024.
- Ofensivas Antigênero no Brasil Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social.** Relatório Submetido ao Mandato do Perito Independente das Nações Unidas sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero e Direitos Humanos, 2021. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2021/10/E-book-SOGI-21102021.pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2023.
- SEFNER, F. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: o delicado equilíbrio entre

cumprir, transgredir e resistir. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 14, n. 28, p. 75-90, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde> Acesso em: 24 de abr. de 2024.

TESSER, Tabata Pastore; **Ofensivas Antigênero e Antifeminismo**. Nexo Políticas Públicas. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/glossario/ofensivas-antig%c3%aanero-e-antifeminismo>. Acesso em: 13 de jun. de 2024.